



FÓRUM

Submetido 06-10-2023. Aprovado 05-03-2024

Avaliado pelo sistema de revisão duplo-anônimo. Editores convidados: Carmen Augusta Varela, Cristina Helena Pinto de Mello, Evelyn Levy e José Marcio Rebolho Rego

Avaliadores/a: Marina Liuzzi , Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, SP, Brasil. Marcus Ianoni , Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Niterói, RJ, Brasil, e ele não autorizou a divulgação de seu relatório de avaliação por pares.

O relatório de avaliação por pares está disponível neste link.

Versão original | DOI: <http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v29.90202>

POR QUE AS DEMOCRACIAS CAMBALEIAM? DESENVOLVIMENTO E CRISE NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Why do democracies stagger? Development and crisis in contemporary world

Por que tambaleam las democracias? Desarrollo y crisis en el mundo contemporáneo

Cicero Araujo | craraujo@usp.br | ORCID: 0000-0001-9559-5868

*Autor correspondente

¹Universidade de São Paulo, Departamento de Filosofia, São Paulo, SP, Brasil

RESUMO

Este artigo faz uma apreciação da obra do professor Luiz Carlos Bresser-Pereira, tendo em vista sua teoria sobre a relação entre democracia e desenvolvimento capitalista. Primeiro, retorna à versão original da teoria, escrita em 2002, para em seguida discutir sua atualização em texto publicado em 2020, no qual confronta suas hipóteses com o fato da recente ascensão de correntes autoritárias de extrema-direita. Finalmente, o artigo esboça, com base nos próprios recursos conceituais da teoria de Bresser-Pereira, uma explicação alternativa da crise atual das democracias nos países ricos.

Palavras-chave: crise da democracia, desenvolvimento capitalista, centro e periferia, países ricos e países de renda média, Luiz Carlos Bresser-Pereira.

ABSTRACT

This article assesses the work of Professor Luiz Carlos Bresser-Pereira by examining his theory of the relationship between democracy and capitalist development. First, it goes back to the original version of the theory, written in 2002, and then discusses its restatement in a text published in 2020, in which our author tests his hypothesis in face of the recent rising of far right authoritarian movements. Finally, the article sketches, out of the conceptual resources of Bresser-Pereira's theory, an alternative explanation of the current crisis of democracies in the rich countries.

Keywords: crisis of democracy, capitalist development, center and periphery, rich countries and middle-income countries, Luiz Carlos Bresser-Pereira.

RESUMEN

El artículo evalúa la obra del Profesor Luiz Carlos Bresser-Pereira examinando su teoría de las relaciones entre democracia y desarrollo capitalista. En primer lugar, el vuelve a la versión original de la teoría, escrita en 2002, para entonces dialogar con su actualización en texto publicado en 2020, en el cual nuestro autor prueba su hipótesis hacia la reciente ascensión de los movimientos autoritarios de la extrema derecha. Al final, el artículo bosqueja, usando los recursos conceptuales de la teoría de Bresser-Pereira, una explicación alternativa de la crisis actual de las democracias de los países ricos.

Palabras clave: crisis de la democracia, desarrollo capitalista, centro y periferia, países ricos y países de ingresos medios, Luiz Carlos Bresser-Pereira.

INTRODUÇÃO

O professor Luiz Carlos Bresser-Pereira é um intelectual de vastos interesses. Por isso, a intervenção no campo de sua maior especialidade – a economia – nunca se resumiu a uma injunção de ordem puramente técnica, como se a economia pudesse pairar isolada do todo social. Sem deixar de tratar de suas especificidades, a preocupação de nosso homenageado sempre foi a de integrá-la a um contexto mais amplo, indicando como e em que medida economia e sociedade se influenciam mutuamente. Em particular, a via de mão dupla das relações entre Estado, política e a forma do desenvolvimento econômico.

Nesta singela homenagem, gostaria de discutir a crise contemporânea e seu impacto nos regimes democráticos. Na verdade, é uma maneira de retornar a uma velha discussão entre nós, que remonta aos tempos em que nos encontramos pela primeira vez, há mais de 20 anos. Lembro-me do dia em que ele bateu em minha sala no “prédio do meio” (onde ficam os departamentos de Ciências Sociais e de Filosofia) da FFLCH. Eu havia acabado de retornar de um estágio de pós-doutorado nos Estados Unidos, de onde trouxe, além de um esboço daquilo que viria a ser minha tese de livre-docência, um debate sobre a chamada “democracia deliberativa”, desdobramento da teoria democrática desenvolvida no mundo acadêmico norte-americano.

Pois bem: em sua visita a minha sala, ele trazia a ideia de ministrarmos juntos, na pós-graduação do Departamento de Ciência Política (minha filiação institucional de origem), uma disciplina sobre democracia e desenvolvimento econômico – proposta que topei de imediato. A partir dali, passamos a nos reunir periodicamente em seu escritório, para elaborar o programa e, depois, preparar as aulas. Com o tempo, de colegas de uma colaboração acadêmica, que mais adiante se desdobrou em outras, acabamos nos tornando grandes amigos.

A mais recente colaboração ocorreu em 2018, quando eu fazia um estágio em Paris e ele, por conta de vários outros compromissos na Europa, me honrou com sua visita. As eleições presidenciais brasileiras aconteceriam dentro de alguns meses, e já sentíamos bem a ascensão da candidatura de Jair Bolsonaro, na esteira da vitória de Donald Trump na presidencial americana, dois anos antes. Notícias assombrosas, é claro, que nos traziam novos desafios intelectuais, no sentido de decifrar seu significado. Foi então que decidimos escrever um artigo juntos – publicado pouco depois na revista *Dados*, do Iesp/UERJ (antigo Iuperj): ver [Araujo e Bresser-Pereira \(2018\)](#) – fazendo um balanço da ordem neoliberal e indicando que essa extrema-direita ascendente era a expressão política de uma crise maior dessa ordem. Um dos pontos centrais do artigo foi aplicar o conceito de “coalização de classes”, tal como o querido professor havia apresentado em trabalhos anteriores, para discutir as variedades de capitalismo como resultantes de diferentes coalizações de classes, a sustentar diferentes “*policy regimes*”. Partindo da constatação de que a ordem neoliberal encontrava-se em desarranjo crescente desde o *crash* financeiro de 2008, nós nos perguntávamos que alternativas poderiam desenharem-se mais à frente, em virtude desse desarranjo.

Lembro-me de termos escrutinado duas alternativas possíveis, ambas fora do campo neoliberal: a primeira seria uma nova coalização de classes que pudesse sustentar algo como um neodesenvolvimentismo igualitário e ecologicamente orientado, inclinado à esquerda; e a

outra, um desenvolvimentismo conservador, não igualitário, evidentemente de direita. Mas no artigo discutimos apenas a primeira hipótese. Além disso, deixamos de lado uma reflexão sobre o futuro da democracia. É que, na época, eu tinha muitas dúvidas a respeito do significado da tensão que as correntes autoritárias de extrema-direita em ascenso impunham à estabilidade dos regimes democráticos em todo o mundo. O que nos remete àquela velha discussão a que me referi acima, sobre a qual falarei adiante.

CLASSES SOCIAIS E CONSOLIDAÇÃO DOS REGIMES DEMOCRÁTICOS MODERNOS

Um aspecto um tanto inusitado da crise contemporânea é que ela eclode simultaneamente em todo o espaço democrático global, não poupando nem mesmo os países mais ricos, de capitalismo desenvolvido, há muito acostumados a regimes democráticos estáveis. Sabemos que tal estabilidade não é propriamente o perfil histórico da grande maioria dos países democráticos menos ricos e menos desenvolvidos. Mas fica o registro da coincidência, a sincronia da crise atual.

Note-se, contudo, que ela acontece depois de atravessarmos um período de grande expansão global dos regimes democráticos – a maior em termos absolutos –, iniciado em meados da década de 1970, com o fim das ditaduras da Europa meridional, seguido pelo desmonte das ditaduras latino-americanas, até chegarmos ao salto decorrente da queda do Muro de Berlim. Além da conversão para a democracia, foi um período em que países de histórico anterior de instabilidade política, como o Brasil, puderam desfrutar, como nunca antes, vários anos seguidos sem rupturas autoritárias.

Embora a queda do Muro de Berlim tenha representado também a culminância da reversão, nos países mais desenvolvidos, do chamado “consenso social-democrata” do pós-guerra, havia, em contrapartida, um forte otimismo quanto ao futuro político: o mundo parecia caminhar irreversivelmente para a democracia, e o século XX poderia ao menos vangloriar-se disso em seus anos derradeiros. Nesse aspecto, poucas eram as vozes de mau agouro.

Na época em que o encontrei pela primeira vez, bem no início dos anos 2000, Bresser-Pereira, compartilhando desse otimismo (assim como eu mesmo, devo dizer), estava esboçando uma explicação histórica para essa escalada inédita dos regimes democráticos. (O *paper* foi originalmente escrito em 2002 e publicado anos mais tarde. Ver [Bresser-Pereira, 2012.](#)) Na verdade, ele buscava uma explicação mais ampla, visando à trajetória dos regimes democráticos modernos como um todo. Sublinho “modernos”, só para destacar que sua elaboração não abarcava experiências democráticas de outras épocas – como as democracias que surgiram na Antiguidade grega. Ela dizia respeito ao surgimento e consolidação de regimes democráticos fundados não só numa institucionalidade original, desconhecida no passado – p. ex., a prática moderna de governos eletivos –, mas também, e especialmente, num inédito *background* socioeconômico, isto é, o capitalismo. Simplificando bastante, a questão para ele apresentava-se assim: Como as democracias modernas foram e são impactadas pelo desenvolvimento do capitalismo?

Para respondê-la, nosso autor construiu uma hipótese engenhosa, que aqui me limitarei a resumir. Em geral, os autores que abordam esse problema concentram-se na ideia de que haveria uma contradição estrutural entre democracia e capitalismo, pois a primeira pressiona na direção da igualdade social, enquanto o segundo requer e reproduz a desigualdade. (Para uma análise dessa contradição, ver [Streeck, 2018](#), Cap. II.) Sem deixar de lado esse aspecto, Bresser-Pereira sugeria algo bem diferente. Ao contrário de focar apenas aquela contradição, sua hipótese olhava também para outras tendências do capitalismo que o levavam a propiciar, em vez de bloquear, o surgimento e estabilização da democracia. Porém, para compreendê-las adequadamente, seria preciso olhar não apenas para a “casa das máquinas” da economia – onde a tendência à desigualdade, graças ao impulso contínuo da acumulação e concentração de capital, é mais ou menos óbvia –, mas para um certo padrão de interação entre classes sociais e Estado que o desenvolvimento capitalista enseja. A hipótese continha uma dimensão histórica importante, pois visava ao problema da transição de formas pré-capitalistas para formas capitalistas plenas, isto é, o problema da “revolução capitalista” e suas consequências políticas. Na medida em que a revolução capitalista levasse a uma mudança de classes dominantes, o vínculo entre Estado e sociedade estaria sujeito a uma inflexão fundamental.

Nosso autor supunha que o Estado típico das formas pré-capitalistas era controlado por aristocracias que dependiam da capacidade de o aparelho estatal extrair o excedente econômico diretamente das demais classes sociais. Parte importante desse excedente, portanto, era apropriado via coerção estatal por essa classe dominante, sem mediações, uma vez que as aristocracias também eram as classes governantes. O processo que tornou o capitalismo o regime econômico prevalecente, no entanto, fez surgir classes – as diversas espécies de burguesia – capazes de gerar seu próprio excedente, por meio do lucro e da exploração do trabalho assalariado, isto é, à margem do Estado. Assim, enquanto as aristocracias dependiam crucialmente da dimensão coercitiva do Estado para subsistir, a qual elas mesmas administravam, as novas classes, embora também apoiadas no Estado – para garantir, por exemplo, o direito de propriedade e a validade dos contratos – dependiam de outros fatores de igual importância, ligados à forma peculiar com que a economia capitalista realiza sua expansão.

Pois bem. Tão logo um país completasse sua revolução capitalista – e aqui, parece-me, a hipótese é que tal revolução só se completa com um desenvolvimento industrial em grande escala –, as novas classes dominantes tenderiam a não opor uma resistência tenaz à implantação de regimes democráticos, pelas razões já expostas. Pelo contrário, sua própria existência (relativamente) autônoma, além de seu tamanho e identidade social, muito mais extensa e anônima que uma típica aristocracia, gerava interesses no seu interior no sentido de promover um regime político favorável tanto aos direitos e liberdades civis quanto às franquias políticas. Sem dúvida, sua preferência histórica inicial era a de um regime político que franqueasse exclusivamente sua participação. Mas, quando se visse segura o bastante de que a participação das demais classes não ameaçaria o “núcleo duro”, digamos assim, da ordem capitalista, a burguesia deixaria de temer um regime de franquia universal.

Em outras palavras: na ausência de um veto contundente, estrutural, dos grupos sociais que o próprio desenvolvimento capitalista promove ao topo da hierarquia de classes, e assu-

mindando que as classes populares e trabalhadoras teriam motivos ainda mais fortes para sempre desejá-la, a democracia tenderia a ser objeto de um amplo compromisso entre as classes para sua sustentação, e assim tornar-se, pouco a pouco, o regime político preferencial da história contemporânea.

Bresser-Pereira trazia em favor de sua hipótese pesquisas empíricas que relacionavam o nível de desenvolvimento econômico com a estabilidade dos regimes democráticos, todas apontando para uma forte correlação. Em uma delas, discutida por Przeworski et al. (2000) a partir da organização de um extenso banco de dados, os autores chegaram mesmo a calcular que, acima de um determinado nível de renda *per capita*, a chance de um país com regime democrático retroceder para um regime autoritário seria praticamente zero. Naturalmente, depois de escrutinar os países em questão, Bresser-Pereira tomou o nível de renda *per capita* calculado naquele estudo – excetuando, é claro, os países produtores de petróleo do Oriente Médio – como um indicador de que eles teriam completado sua revolução capitalista.

Como em qualquer hipótese que examina tendências, nosso autor procurou levar em conta os “desvios” da trajetória seguida pelos países que lograram consolidar suas democracias, desvios que vou tomar a liberdade de classificar em dois tipos: os casos de retrocesso para o autoritarismo por razões estruturais e os casos que o fizeram por razões contingentes ou conjunturais. O primeiro tipo é óbvia decorrência da própria hipótese: seriam os países subdesenvolvidos, isto é, os que não tiveram ou não completaram sua revolução capitalista. Já o segundo tipo abarca países desenvolvidos, como os da Europa Ocidental que trilharam a aventura fascista durante os anos 1920 e 1930, e os de “renda média”, como certos casos latino-americanos – Brasil, Argentina e Chile, por exemplo – dos anos 1960 e 1970. Supostamente, países que já teriam completado sua revolução capitalista no tempo em que retrocederam para o autoritarismo e portanto, esses sim, representantes genuínos de desvios da tendência.

Para explicá-los, Bresser-Pereira tomou ao pé da letra o termo “desvio”, ao considerar em cada caso as circunstâncias particulares que poderiam ter gerado uma contratendência suficientemente forte para prevalecer por um certo tempo sobre a tendência estrutural. Para o fascismo na Itália e Alemanha, mas principalmente essa última, por se tratar de um país de capitalismo bem avançado já naquele tempo, ele identificava algumas causas sobrepostas: o processo tardio de unificação nacional, ocorrido apenas nas últimas décadas do século XIX; a esmagadora derrota (no caso alemão) na Primeira Guerra Mundial, ou o ressentimento (no caso italiano) por ter contribuído com a vitória naquela guerra, mas não ter participado do espólio dos vencedores; e a precária e breve experiência democrática subsequente. Já nos países de “renda média” como Argentina, Chile e Brasil, que sofreram golpes de Estado nos anos 1960 e 1970, seus retrocessos teriam derivado basicamente do impacto da Revolução Cubana, que, combinado com as pressões da Guerra Fria, levou a um pânico generalizado das elites burguesas locais.

Entretanto – insistia nosso autor –, todos esses fatores traduziam contratendências passageiras, conjunturais, enquanto a subterrânea tendência histórica à democratização, ainda que nem sempre a mais forte, seria persistente e de longo prazo. Portanto, como se viu, tão logo as circunstâncias especiais que levaram Alemanha e Itália ao fascismo se dissiparam, em virtude

da derrota sofrida na Segunda Guerra Mundial, ambas acabaram desfrutando de um longo período de paz para recuperar e desenvolver ainda mais suas economias capitalistas e, com isso, ganhar tempo o bastante para que a tendência apontada na hipótese se desdobrasse plenamente.

Quanto aos casos de Brasil, Argentina e Chile, embora suas economias tivessem seguido caminhos distintos durante as respectivas ditaduras militares, mas já tendo ultrapassado a barreira da revolução capitalista, a simples dissipação do impacto da Revolução Cubana e o fim da Guerra Fria foram suficientes para que, também aí, a tendência à democratização voltasse a ganhar terreno e por fim prevalecesse.

Essas foram as razões que levaram Bresser-Pereira, na época em que escreveu seu *paper* (como disse, no início dos anos 2000), a concluir com otimismo que todos os países democráticos que naquela quadra histórica já tivessem realizado suas revoluções capitalistas, inclusive os casos desviantes acima mencionados, poderiam ser qualificados como “democracias consolidadas”, segundo a acepção de Linz e Stepan (1996). Isto é, países em que se teria estabelecido um forte consenso entre todos os atores sociais relevantes de que a democracia *is the only game in town* – a única alternativa viável e desejável de regime político.

CRISE DO NEOLIBERALISMO, CRISE DA DEMOCRACIA OU AMBOS?

Em artigo publicado em 2020 na revista *Lua Nova*, Bresser-Pereira discute a recente ascensão das correntes de extrema-direita. E o faz retomando a teoria acima condensada, desta vez com um sabor mais polêmico, instigado pelas análises atuais que inserem o fenômeno num processo de erosão efetivo, que poria em risco a continuidade dos regimes democráticos.

A seu ver, essas análises equivocam-se no estabelecimento das relações causais, na medida em que atribuem o ascenso da extrema-direita à fraqueza da democracia, quando na verdade o que está em jogo é a crise terminal do capitalismo neoliberal. Essa última leva, sim, à multiplicação de patologias políticas, tais como o desempenho eleitoral inédito de grupos autoritários de extrema-direita, mas daí não se segue o colapso dos regimes democráticos. Ou melhor, não se segue nos países onde eles estão assentados numa base histórica e estrutural que nem mesmo a desarticulação de um dado regime econômico seria capaz de implodir. Trata-se, claro, da base que ele já havia apontado em sua elaboração anterior, agora reafirmada nos seguintes termos:

Nesses países [os países ricos], e naqueles de renda média como o Brasil, que já completaram sua revolução capitalista e têm uma experiência democrática, a regra do jogo é a democracia. Populistas de direita, como Trump e Bolsonaro, a ameaçam, mas a probabilidade de que eles se perpetuem no poder de forma autoritária é mínima. (Bresser-Pereira, 2020, p. 51).

Entenda-se: os líderes autoritários que ganharam audiência nos últimos anos pretendem de fato minar as instituições democráticas, mas essa disposição não teria lastro suficiente para vencer uma dinâmica social com raízes muito mais profundas, e que explicam a persistência daquelas instituições nos países indicados. Frágeis, na verdade, seriam as bases da ordem neoliberal, por três motivos principais: pela incapacidade de induzir taxas sustentáveis e satisfatórias

de crescimento econômico, por causar uma forte tendência à instabilidade financeira e por gerar desigualdades sociais escandalosas, que minam sua legitimidade.

A crítica do artigo, contudo, visa não apenas ao argumento analítico, mas também a uma polêmica política que, sorrateiramente, estaria informando a discussão. Ocorre que esse debate comporta uma disputa sobre “a que” ou “a quem”, em primeiro lugar, responsabilizar pelas turbulências políticas em curso e sobre os remédios necessários a seu combate. Ora, diz nosso autor, quem atribui essas turbulências às fraquezas da democracia tende a enfatizar remédios político-institucionais e alguns paliativos econômicos, poupando o peso maior da responsabilidade às políticas neoliberais e eludindo a premência de uma reforma profunda da ordem econômica e social:

A explicação que nos oferece o pensamento hegemônico no Ocidente é que a crise é da democracia liberal e a sua causa é o populismo de direita. Eu estou afirmando que a crise não é uma crise da democracia desvirtuada pelo populismo... A crise hoje em curso no capitalismo não é uma crise de regime político e sim da forma que o capitalismo assumiu a partir de 1980 – a forma neoliberal e financeiro-rentista. (Bresser-Pereira, 2020, pp. 64-65).

Logo, “para enfrentar essa ameaça [o autoritarismo] a solução não está em reformar as instituições políticas” (Bresser-Pereira, 2020). De nada valerão tais medidas se o foco das preocupações não estiver voltado para destravar os impasses que realmente importam, isto é, se não houver um giro na própria pauta reformista no sentido de “rever as principais instituições que organizam o capitalismo contemporâneo – principalmente a forma pela qual o Estado intervem no sistema econômico” (Bresser-Pereira, 2020, p. 66).

Mas será que Bresser-Pereira está sendo justo com todas as análises que veem um perigo iminente à continuidade dos regimes democráticos?

Não há dúvida de que parte dessas análises desconsidera ou dá pouca ênfase aos fatores que ligam a crise política atual à falência das receitas neoliberais que os governos dos países democráticos adotaram nas últimas décadas. Não saberia avaliar ao certo suas motivações políticas implícitas, mas, objetivamente, as abordagens que enfatizam as falhas político-institucionais da democracia acabam encobrando os problemas do capitalismo contemporâneo. Em particular, toda a agenda atual voltada para as patologias do populismo – o populismo como estilo de governar, opondo “povo” e “elite”, “nós” contra “eles” etc., independentemente de seu conteúdo programático –, ao apontar para uma suposta faceta “iliberal” das democracias, a qual carregariam como uma espécie de mal de origem – impondo limites, por exemplo, a uma política fiscal “responsável” –, tende a não questionar o núcleo do regime neoliberal, quando não o endossa abertamente.

Contudo, reconhecer os graves riscos de continuidade da democracia não é incompatível com atribuir suas causas à ordem econômica e social vigente, nem com a defesa do imperativo de superá-la. Em vez de a primeira ser falsa e a outra verdadeira, é possível que ambas sejam verdadeiras. De fato, uma boa parte das análises vai justamente nessa direção, talvez porque, nesse caso, elas duvidem de que os regimes democráticos – seja nos países ricos, seja nos de

“renda média” ou em qualquer outro lugar ou mesmo em qualquer tempo – possam lograr tal enraizamento social a ponto de se tornarem estruturalmente consolidadas. Gostaria de me debruçar um pouco mais nessa questão e iniciar a partir daí um diálogo crítico com a perspectiva de nosso homenageado.

Há um elemento da hipótese estrutural de Bresser-Pereira que lhe dá bastante plausibilidade, quando olhamos o desenrolar dos acontecimentos. Ao contrário do que aconteceu na ascensão do fascismo na Itália e Alemanha e nos golpes militares de países como Brasil, Argentina e Chile, parte substancial das burguesias contemporâneas, quiçá sua parte mais dinâmica, resolveu não embarcar em nenhuma aventura autoritária junto com as correntes de extrema-direita. Devo concordar, portanto, que essa é uma das razões que explicam por que retrocessos dessa natureza não se deram até agora, mesmo não faltando disposição para tal da parte dos líderes de extrema-direita. Vemos diversos bilionários apoiarem Trumps e Bolsonaros por aí afora, mas vemos muitos outros fazerem o oposto, o que significa, no mínimo, que a classe como um todo está dividida. Insisto: não houve divisão semelhante nas experiências autoritárias mais consistentes do passado, aquelas que subsistiram tempo suficiente para fazer história.

Contudo, somos também obrigados a levar em conta um aspecto dos movimentos de extrema-direita em curso, que é pouco considerado na teoria de nosso autor: tal como no fascismo do entreguerras, mas não nos golpes militares latino-americanos, são movimentos de massa, com forte apelo popular. (Para um mapa e evolução da extrema-direita mundial, especialmente a europeia, ver [Mudde, 2022](#).) Se de fato os regimes democráticos resultam de um compromisso de classes – burguesia de um lado, classes trabalhadoras e populares de outro –, como bem sublinha a teoria de Bresser-Pereira, então, surpreendentemente, parece que o segundo lado tem faltado ao encontro. Ou, no mínimo, esse campo se encontra, como a burguesia, dividido. Mesmo não representando o peso do poder econômico e o poder de influência nas “coxias”, seu peso eleitoral é indiscutível. E, como estamos tratando de um tipo de governo cuja legitimidade é definida pelo voto, temos aí uma fonte poderosa da tendência à subversão do regime, caso a maioria popular persistentemente dê guarida a líderes dotados dessa disposição subversiva, mesmo contra as preferências da burguesia. O voto é o botão salva-vidas da democracia, mas também de sua autodestruição. E, tal como acontece com indivíduos, nem sempre as classes decidem em favor de seu melhor interesse.

De um ponto de vista puramente analítico, podemos distinguir o que é devido ao regime político do que é devido ao regime econômico-social, ao tipo de capitalismo em vigor. Mas na prática é difícil não desconfiar de uma relação de cumplicidade entre ambos. A ordem neoliberal não persistiu num vácuo político: durante longo período, governos democráticos tiveram um papel considerável, se não fundamental, em sua reprodução. Eleitos pelo povo, sem dúvida. Mas se estamos de acordo que, sob regime neoliberal, as coisas foram piorando para a maioria, e apenas melhorando para uma minoria cada vez menor – enquanto os partidos *mainstream* continuaram a se revezar adotando, no essencial, as mesmas políticas –, é de surpreender que o povo, ao fim e ao cabo, desejasse mandá-los todos às favas?

O eleitorado pode não ter capacidade para definir as políticas concretas de um governo, mas o tem para desalojar seus responsáveis e buscar alternativas, sejam quais forem. Mas pode

algo ainda mais radical: em certa conjuntura adversa, inseguro de si mesmo, ser tentado a abdicar de seu próprio direito coletivo de fazer escolhas. A partir desse ponto, a democracia corre sério risco de deixar de ser *the only game in town*.

CICLOS DE DESENVOLVIMENTO, MOBILIDADE DO CAPITAL E A QUESTÃO DO TERRITÓRIO

As dificuldades apontadas acima podem ser classificadas como “fatores contingentes da política”, aos quais as próprias democracias não estão imunes. Neles, os processos decisórios e as decisões concretas dos sujeitos da ação – lideranças e/ou coletividades – fazem diferença. Entretanto, isso não diz tudo. As sociedades não existem apenas no presente: elas também reproduzem longas acumulações do passado, que formam como que grandes linhas de força, projetando nos viventes um efeito de arrasto. São heranças sociais. Nenhum processo decisório e nenhuma decisão concreta é livre dessa herança. Por outro lado, as próprias heranças não são fixas: ao insensivelmente se transformarem ao longo do tempo, por conta de infinitas adaptações e interações dos atores sociais, podem atravessar períodos de grandes reviravoltas, giros históricos que afetam o núcleo mesmo de seu conteúdo.

Não creio que seja correto inferir disso quaisquer “leis de transformação”, mas parece-me plausível afirmar que a herança social transmite ao presente um feixe de tendências, isto é, forças de arrasto que, de algum modo, condicionam as pretensões dos sujeitos. Condicionam, mas também abrem oportunidades às escolhas, pois não se trata de um impulso irresistível que pressiona apenas em uma direção, mas de um leque de forças. Talvez por aí se possa entender por que a herança se transforma no tempo e então nos surpreende com reviravoltas históricas.

Essa breve especulação abstrata serve-me aqui simplesmente para indicar por que penso que o tipo de reflexão elaborada por nosso homenageado, sobre a teoria do desenvolvimento capitalista e seus desdobramentos nacionais, é fundamental. Ele diz que sua teoria é “histórico-estrutural” (Bresser-Pereira, 2020, p. 59), que assim traduzo: é estrutural porque busca identificar as tendências, e histórica porque é atenta aos “fatos novos” (a expressão é de Bresser-Pereira), ou seja, os veículos de transformação das próprias tendências.

Retorno agora à questão posta no início deste artigo. Vivemos hoje uma crise global da democracia, a sincronia inusitada de uma crise situada nos países democráticos ricos e outra situada nos países democráticos menos desenvolvidos. O fenômeno não nos soa estranho nas regiões ditas “retardatárias” do desenvolvimento capitalista, mas é muito surpreendente nas regiões avançadas.

Como as teorias do desenvolvimento respondem a esses fatos? Não sou propriamente um estudioso do assunto, portanto peço ao leitor que acolha o que vou dizer com certa cautela.

As teorias do desenvolvimento do passado, por meio do recorte centro/periferia, costumavam fornecer algumas explicações para a instabilidade democrática e para as frequentes regressões autoritárias dos países da periferia do capitalismo. (Cf. Paulani, 2022, para uma análise das teorias elaboradas por autores brasileiros.) Por exemplo, a necessidade de as burguesias

locais, em vista de seu próprio atraso e dependência externa, extraírem seus lucros por meio da superexploração do trabalho, o que as levaria a exigir uma política e um Estado muito coercitivos – enfim, regimes autoritários. Justamente condições opostas a essas permitiriam aos países centrais, mais desenvolvidos, viverem sob regimes democráticos estáveis.

A hipótese de Bresser-Pereira representa um desvio heterodoxo dessas teorias, pois encontra um meio-termo entre o centro e a periferia, os países de “renda média”, nos quais o desenvolvimento – ou, para usar os termos de seu gosto, a revolução capitalista –, embora menos pujante do que nos países do centro, ultrapassa um certo limiar fundamental e então “se completa”, emprestando à política uma condição estruturante para o enraizamento de democracias estáveis. Porém, mais até do que as teorias antigas, essa hipótese acaba sendo desafiada duplamente, se por qualquer razão (ainda inexplicada) surgem instabilidades políticas persistentes, crises sucessivas que, por erosão lenta ou súbita, venham a colocar em risco a continuidade da democracia tanto nos países de renda média quanto nos países mais ricos. Assumindo que esse é o caso em tela – naturalmente, a questão permanece em aberto, ainda não temos um fato suficientemente decantado etc., mas vá lá –, ficamos com um enigma. Como responder? Usando os próprios recursos da teoria de nosso homenageado, mas com resultado divergente, aí vai uma sugestão.

De partida, deixemos de lado a explicação por anomalia localizada e temporária, como o vimos fazer para ajustar a teoria ao fascismo de entreguerras e às ditaduras latino-americanas. Não que em si mesmo esse tipo de explicação seja inválido; simplesmente tem menor interesse teórico e estimula menos a reflexão sobre o horizonte mais amplo, o diálogo da teoria com as reviravoltas da história. E é por isso, creio, que o método histórico-estrutural adotado por nosso autor está permanentemente em busca do que chama de “fato novo” – isto é, em meus termos, o evento emergente com potencial para dar um giro na herança social. Afinal, onde está o fato novo nessa trama? Eis a pergunta central.

Há cerca de 250 anos, pouco mais, pouco menos, o capitalismo teve seu centro dinâmico deslocado para uma região do espaço global, o Atlântico Norte, tendo lá permanecido durante todo o período seguinte, até próximo de nossos dias. Primeiro entre os países da Europa Ocidental, pioneiros da Revolução Industrial, depois se expandindo para a América do Norte. A região passou a constituir não apenas um conjunto de Estados nacionais poderosos, geralmente tendo à frente um Estado líder ou hegemônico, mas uma forte condensação de interações sociais, envolvendo não apenas trocas econômicas mas também (e especialmente) trocas culturais e intercâmbios políticos. Ela se manteve como centro dinâmico do capitalismo sem solução de continuidade, a despeito da mudança traumática de poder político que realizou no meio do caminho, quando a Inglaterra, seu primeiro Estado hegemônico, foi vendo sua liderança contestada pelos vizinhos mais belicosos, até ser discretamente substituída pelos Estados Unidos.

Sublinho a importância das trocas culturais e políticas. Porque também ali, nessa mesma região, e mais ou menos na mesma época, eclodiu um grande movimento intelectual e cultural que se espalhou por todo o Ocidente, mas com impactos práticos mais permanentes na própria região, o qual assentou as bases daquilo que no futuro seria batizado de “democracia”. Como sabemos, termo ancestral, durante muito tempo desprezado, mas que então adquiria novo sentido, por conta do terreno inteiramente novo em que começava a se assentar. A democracia

que despontava como um ideal de convívio civil não constituía apenas uma forma de governo, um regime político em sentido institucional, mas – como Tocqueville procurou mostrar em sua obra insuperável sobre os Estados Unidos – uma forma de vida ou padrão civilizatório, para empregar expressão mais apropriada para os propósitos desta análise. (Ver Singer et al., 2021, Cap.4, para uma apresentação mais completa dessa ideia.)

Na medida em que a democracia deitava raízes na cultura e na política – demorou um tempo até que conformasse um complexo de instituições políticas, com variações de país a país em torno de um tema comum –, ela, o capitalismo e as formas peculiares de seu desenvolvimento naquele terreno foram interpenetrando-se, até formarem um amálgama, um *complexio oppositorum* (a expressão foi originalmente cunhada por Schmitt, 1923/1998, naturalmente para outros propósitos), um todo contraditório se quiserem, de qualquer modo um todo orgânico. Vanguarda da democracia, vanguarda do capitalismo: essa a fórmula essencial do padrão civilizatório que se impôs em toda a região – a dizer, a marca básica de sua herança social –, a despeito de todas as reviravoltas de classe, guerras entre Estados, guerras civis etc. que foram se desenrolando dentro dela. É como se aos poucos o destino de seu capitalismo e o destino de sua democracia se tornassem intrinsecamente ligados, numa relação de dependência recíproca.

Centro dinâmico do capitalismo, destaque. Porque o capitalismo como regime econômico não obedece a demarcações espaciais. Seu impulso básico é extraterritorial: o capital não tem fronteiras. Contudo, os Estados modernos são estritamente territoriais. A cultura e a forma de vida, o padrão civilizatório, são experiências mais flexíveis, tendentes a formar, no espaço, uma linha de horizonte, capaz de cruzar as fronteiras mais rígidas dos Estados. De qualquer forma, florescem num espaço mais ou menos determinado: o que estou chamando aqui de “região”. A façanha do Atlântico Norte foi a de ter logrado, ao longo de 250 anos contínuos, dar livre curso à expansão do capitalismo mundo afora e, ao mesmo tempo, manter firme sua posição de centro dinâmico, a despeito da natureza extraterritorial do próprio capitalismo.

É claro que isso só se explica por sua altíssima concentração de poder político e militar, mas não só: ali o capitalismo se assentou ao redor de uma ecologia propícia, um complexo de ingredientes da vida cultural em sentido amplo – a religião, o direito, as ciências, as artes, o tipo de espírito comunitário, a cidadania e a forma de governo, em suma, a democracia –, formando com ela uma espécie de simbiose. Não é coisa simples. Note-se que o capitalismo ocidental ele mesmo não nasceu no Atlântico Norte. Esse já foi o resultado, como disse, de um deslocamento, se é que os historiadores econômicos estão corretos em situar os primórdios do capitalismo ocidental moderno no final do período medieval, tendo como centro dinâmico a região do Mediterrâneo sob a hegemonia das cidades-estados do Norte italiano (cf., entre outros, Braudel, 2007), diga-se de passagem também irrigado por um poderoso surto intelectual e cultural. Região que, entretanto, não conseguiu controlar o processo de expansão do capital com a mesma presteza de sua sucessora, talvez porque a Itália, cortada ao meio pelos “estados papais”, não tenha sido capaz, na época, de se constituir como Estado nacional unificado. Não por acaso, só Estados nacionais lograram bancar a grande aventura ultramarina que se seguiu, deslocando o fluxo principal das trocas do Mediterrâneo para o Atlântico, até se aglutinar em sua parte setentrional.

Seria interessante discutir com mais detalhes a história das convulsões políticas e sociais desses 250 anos de Atlântico Norte como centro dinâmico do capitalismo e centro irradiador da democracia como padrão civilizatório. Mas limito-me aqui a dedicar algumas palavras a um momento crucial desse longo período, que diz muito do modo como a região conseguiu combinar o livre curso da expansão do capital com a preservação de seu *status* de centro dinâmico.

Podemos chamar esse momento de a primeira globalização, desencadeada ao redor de meados do século XIX. Foi o momento em que, pela primeira vez, o capitalismo, por meio de uma estreita articulação entre Estados e empresas capitalistas, se tornou um fenômeno realmente global. Estreita articulação: refiro-me à associação, à “*joint-venture*” que possibilitou à região se tornar a ponta de lança de tal empreendimento – o “imperialismo”, quer dizer, a junção íntima das duas máquinas sociais mais azeitadas que a humanidade havia concebido até então –, o poder econômico do capitalismo *plus* o poder político, leia-se coercitivo, do Estado nacional.

De certo modo, foi uma junção que logo à frente se revelou fatal para os Estados europeus. Por quê? Porque é da natureza das empresas capitalistas competirem mais ou menos pacificamente entre si. Mas, quando resolveram se associar tão estreitamente aos respectivos Estados nacionais, terminaram por se imiscuir num terreno que já não era mais propriamente o da competição. (Ver a brilhante análise de H. Arendt a respeito: [Arendt, 2012](#), Parte II, Cap.1.) Estados não competem entre si: fazem guerra. Essa é sua especialidade, digamos, sua diferença específica.

Em retrospecto, podemos dizer que a primeira globalização e o imperialismo foram o ensaio geral da guerra mundial que se seguiu, chamada de “guerra total”, não só porque mobilizou o conjunto de suas populações civis para sustentar os soldados no *front*, mas porque, para usar meus próprios termos, foi uma guerra em que aquelas mesmas máquinas sociais azeitadas se juntaram, dessa vez não para subjugar povos e nações que não as tinham, mas para que uma parte dos países ricos destruísse a outra parte, e vice-versa. Uma vez que os europeus, como resultado, deixaram seus territórios nacionais escorchados e suas populações exauridas, restou aos Estados Unidos, herdeiro do padrão civilizatório da região, tomar o bastão e relançá-la como centro dinâmico, porém não sem antes atravessar, em sequência, uma crise financeira global inédita, por sua amplitude e profundidade, e uma nova crise bélica, ainda mais brutal que a primeira. Outra vez ao chão e outra vez reerguidos pelo “grande irmão”, os europeus finalmente puderam desfrutar, nas décadas subsequentes, talvez o período mais longo de sua história em que os respectivos cidadãos nacionais abstiveram-se de praticar seu esporte predileto: matarem-se uns aos outros.

A segunda globalização – esta de que nos demos conta no início da década de 1990 – seguiu padrão completamente diverso. Primeiro, ela deslanchou depois de completado o processo de descolonização dos povos que haviam sido subjulgados durante a era do imperialismo. Curiosamente, o processo de descolonização fez-se por meio da edificação de novos Estados nacionais – isto é, graças à importação de um pedaço do padrão civilizatório cozinhado na região que havia promovido o imperialismo – vale dizer, o artefato de geração de poder político, devidamente descontado de seu componente democrático.

A primeira descolonização, no início do século XIX, levou esse artefato para a América Ibérica; essa segunda, do pós-guerra, o levou para o resto do planeta. O Estado nacional tor-

nou-se então um fenômeno global. Por isso mesmo, a segunda globalização já não mais podia se fazer no formato do imperialismo, portanto não mais por uma *joint-venture*, uma junção estreita entre as empresas capitalistas e o respectivo Estado nacional. Sim, ela precisava de um patrocinador político, o Estado hegemônico da região, que definisse suas regras, sua orientação e empregasse toda sua influência e prestígio para implementá-las. Porém, não haveria mais um Estado nacional que abriria à força o caminho para as empresas a ele associadas, anexando diretamente “possessões ultramarinas” (territórios) ao seu domínio e franqueando acesso exclusivo às empresas sob sua proteção – uma sorte de mercantilismo recauchutado.

O formato teria de ser outro: as empresas competiriam entre si pelas oportunidades de um mercado agora global, e os Estados da região dinâmica lhes dariam apenas cobertura do tipo *soft power* – pressão diplomática ou poder de influência assemelhada – para garantir ampla abertura de mercados: em primeiro lugar de mercadorias físicas, é claro, mas também de capitais e até mesmo da força de trabalho – se pensarmos de que modo a formação das chamadas “cadeias globais de suprimentos” induz a divisão e ao mesmo tempo a integração internacional do trabalho.

O que resultou desse processo? No centro dinâmico, no Atlântico Norte, Estados nacionais e respectivas empresas capitalistas deixaram de ter seus destinos entrelaçados, que convergissem para o mesmo propósito: seu fortalecimento recíproco. Isso até poderia acontecer, mas não por meio de uma trama politicamente controlada, que pudesse garantir de antemão que o território central, sua população civil e seu específico padrão civilizatório seriam os principais beneficiários, na medida em que suas empresas capitalistas também o fossem. Ao contrário, estava inscrita nela a possibilidade de um desacoplamento entre Estado nacional e empresas: um lado poderia se dar bem, mas não necessariamente o outro. Em resumo, a nova trama dava sinal verde para que a natureza extraterritorial do capitalismo, a partir de seu centro dinâmico, se desdobrasse plenamente.

Ora, esse processo, sabemos-lo melhor hoje, trazia consigo um risco inerente: a perda de potência do centro dinâmico e a possibilidade de seu deslocamento. Por quê? Pela simples razão de que as outras regiões do mundo, alcançadas pela expansão global do capitalismo, mas agora articuladas por Estados nacionais, não podiam dar-se ao luxo de fazer o mesmo que a região dinâmica. Seu capitalismo tardio só lhes oferecia uma opção para competir com alguma chance: a criação de cima para baixo, induzida pelo Estado, das empresas capitalistas, e até mesmo das respectivas burguesias.

Estados, seres belicosos por natureza, não agem assim por princípio ou em virtude de alguma preferência ideológica pelo capitalismo, mas porque, em algum momento, as elites que os governavam descobriram que um capitalismo azeitado, induzido internamente, seria a melhor maneira de projetar seu poder político para dentro, e também para fora, na arena das grandes potências. Alguns deles haviam tentado, antes, outros modos de projetar poder político por meio da geração de riqueza econômica, o socialismo estatal sendo a alternativa típica ao longo do século XX. Tão logo essa alternativa se mostrou inadequada, o que se confirmou com o colapso da União Soviética, trataram de encontrar maneiras de se reengatar na roda do desenvolvimento capitalista.

Os mais bem sucedidos na empreitada, justamente para circunscrever o impulso extra-territorial do capital, trataram de constituir ao seu redor uma região de influência, abrindo o caminho para competir com a antiga região hegemônica pela posição de centro dinâmico do capitalismo. Tal é, precisamente, o caso da China e a região do Pacífico que ela aglutina.

Qual é o fato histórico novo, então? Depois de 250 anos, assistimos a um possível e inusitado deslocamento do centro dinâmico do capitalismo. Mas o fato novo que procuramos é antes uma decorrência disso. Ocorre que o Atlântico Norte, a região que fundiu num todo orgânico o mais alto dinamismo do desenvolvimento capitalista com o padrão civilizatório da democracia, está assistindo, após cerca de 30 anos da segunda globalização, a um processo de desagregação de suas partes componentes. Seus destinos deixaram de ser entrelaçados. Pela primeira vez em sua história, as empresas capitalistas nela nascidas, mas que efetivamente se globalizaram, estão se dando bem, enquanto seu território de origem está se dando mal. Suas burguesias se emanciparam e se tornaram, virtualmente, uma classe sem pátria, mas não suas classes trabalhadoras, o fulcro de seu povo. O resultado disso é a crise estrutural das democracias da região. Eis o fato histórico novo.

CONCLUSÃO: DESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA NO BRASIL

De toda essa reflexão inspirada na obra de Bresser-Pereira, um ponto é forçoso corrigir. O desenvolvimento capitalista não é um processo “encarcerado”: não é possível definir uma etapa a partir da qual ele não pode mais retroceder. A história é aberta, tanto “para a frente” quanto “para trás”; o desenvolvimento pode avançar, mas também poder regredir.

Após a vitória de Donald Trump, as elites governantes dos Estados Unidos finalmente se deram conta de que a desindustrialização do país estava colocando em sério risco, de um lado, sua liderança no jogo das grandes potências e, de outro, seu próprio padrão civilizatório (a democracia). Como Alexander Hamilton poucos anos após a fundação da república, deram-se conta de que indústrias de toda ordem em seu próprio território fazem uma tremenda diferença para relançar ambos, a posição do Atlântico Norte como centro dinâmico do capitalismo e o tecido social da política democrática. O audacioso plano que o presidente Joe Biden deslançou, logo no início de seu mandato, revela bem o sentido de urgência que a tarefa impõe. Não por coincidência, o principal assessor de Segurança Nacional do presidente, Jake Sullivan, em palestra recente, revelou a íntima conexão entre a face interna e a face externa do plano. (Cf. Sullivan, 2023.)

Quanto à face externa, há quem diga que os Estados Unidos despertaram para esses riscos tardiamente, uma vez que a China e a região do Pacífico já estão na dianteira e devidamente entrincheiradas. Mas se de fato a história do desenvolvimento capitalista é cheia de grandes zigue-zagues, idas e vindas, apenas podemos estar certos de que nada é definitivo.

Se pensamentos desse caráter servem de alento, essa não deixa de ser uma boa notícia para o Brasil e outros países “de renda média” tão bem destacados pela análise de nosso home-nageado. Por má sorte ou escolhas equivocadas, o Brasil ingressou em sua nova experiência

democrática, a partir de meados dos anos 1980, justo quando o ciclo nacional-desenvolvimentista estava se esgotando. E desde então não encontrou alternativa do mesmo calibre. O País, que antes havia se industrializado a ponto de chamar a atenção do resto do mundo, mergulhou no processo inverso. Também nesse caso é forçoso reconhecer: nenhum processo de industrialização se completa definitivamente. Ele exige reatualização permanente. Do contrário, perde o “bonde da história”, e o país se torna irrelevante. Assim como outros, antes irrelevantes, podem “queimar etapas” e se tornar importantes. Aliás, a ideia de “queimar etapas” é, em tese, se verdadeira, uma boa notícia.

Vivemos uma conjuntura em que a segunda globalização parece ter chegado a um impasse, por conta do reaguçamento dos conflitos interestatais. Como vimos, um lado se apresenta como forte candidato a liderar um deslocamento sem precedentes do centro dinâmico do desenvolvimento capitalista, e o outro busca, a todo custo, bloquear esse deslocamento e se reafirmar. Não acredito que esse conflito vá chegar às vias de fato – aos moldes de uma guerra total –, porque o custo seria insuportável para ambos. Daí se falar em uma “Guerra Fria 2.0”. Mas haverá, inevitavelmente, disputas por influência nas diversas regiões do planeta.

O Brasil e o conjunto da América Latina não escaparão dessa disputa. De certo modo, ela já começou. Infelizmente, não é consenso entre nossas elites governantes e pensantes que a reindustrialização é chave para o País relançar sua também cambaleante democracia e fazer alguma diferença no jogo das grandes potências. Mas a reindustrialização requer alianças no plano interno – uma nova coalizão de classes pró-indústria (como salienta Bresser-Pereira) – e aliados no plano internacional. A nosso favor, contamos com uma tradição diplomática escolada no pragmatismo, que nos permite aproveitar o melhor de ambos os lados da disputa mundial em curso.

A obra do professor Luiz Carlos Bresser-Pereira não se pauta por uma análise “neutra” do desenvolvimento brasileiro e das nações em geral. Ela se vale das melhores tradições da ciência social moderna, mas é, ao mesmo tempo, engajada. Enfim, um guia para a ação. Como tal, é um patrimônio intelectual apto a ajudar nosso país a reencontrar o caminho de sua emancipação efetiva.

REFERÊNCIAS

- Araujo, C., & Bresser-Pereira, L. C. (2018). Para além do capitalismo neoliberal: As alternativas políticas. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 61(3), 551-579. <https://doi.org/10.1590/001152582018167>
- Arendt, H. (2012). *Origens do totalitarismo*. Cia das Letras.
- Braudel, F. (2007). *O modelo italiano*. Cia das Letras.
- Bresser-Pereira, L. C. (2003). *Desenvolvimento e crise no Brasil: História, economia e política de Getúlio Vargas a Lula*. Editora 34.
- Bresser-Pereira, L. C. (2012). Democracy and capitalist revolution. *Économie Appliquée*, LXV(4), 111-139. https://www.persee.fr/doc/ecoap_0013-0494_2012_num_65_4_3621

- Bresser-Pereira, L. C. (2020). A democracia não está morrendo: Foi o neoliberalismo que fracassou. *Lua Nova – Revista de Cultura e Política*, 111, 51-79. <https://doi.org/10.1590/0102-051079/111>
- Linz, J., & Stepan, A. (1996). Toward consolidated democracy. In L. Diamond, M. Plattner, Y. Chu, & H. Tien (Orgs.), *Consolidating the third wave democracies*. Baltimore, The John Hopkins University Press.
- Mudde, C. (2022). *A extrema direita hoje*. Eduerj.
- Paulani, L. (2022). A dependência revisitada: Relações de troca, a fase 4.0 e o Brasil. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, 64, 68-106. <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/1009>
- Przeworski, A., Alvarez, M., Cheibub, J. A., & Limongi, F. (2000). *Democracy and development: Political institutions and well-being in the world, 1950-1990*. Cambridge University Press.
- Schmitt, C. (1998). *Catolicismo romano e forma política*. Hugin Editores. (Trabalho original publicado em 1923).
- Singer, A., Araujo, C., & Belinelli, L. (2021). *Estado e democracia: Uma introdução ao estudo da política*. Zahar.
- Streeck, W. (2018). *Tempo comprado: A crise adiada do capitalismo democrático*. Boitempo.
- Sullivan, J. (2023). *Remarks by national security advisor Jake Sullivan on renewing American economic leadership at the Brookings Institution*. <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/speeches-remarks/2023/04/27/remarks-by-national-security-advisor-jake-sullivan-on-renewing-american-economic-leadership-at-the-brookings-institution/>

NOTA

O título desse artigo faz parte da homenagem ao querido e amigo professor Bresser-Pereira (2003).

CONFLITOS DE INTERESSE

O autor não tem conflitos de interesse a declarar.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Cicero Araujo: Conceituação; Metodologia; Visualização; Redação – rascunho original; Redação – revisão e edição.